



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 49

QUARTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 66ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE MAIO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ALTAIR CHAGAS — Artigos publicados no *Jornal do Comércio* e *O Globo* (RJ), intitulados: "Com o Serro no Coração ou pela memória histórica nossa em cada dia" e "Minas reúne esforços para salvar a cidade do Serro".

DEPUTADO EDGAR MARTINS — Extensão a todo o País da prorrogação do expediente destinado a atendimento no INPS, a exemplo do que já vem ocorrendo em São Paulo

DEPUTADO DASO COIMBRA — Nomeação do Desembargador Enéas Marzzano para o cargo de Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

DEPUTADO CARDOSO DE ALMEIDA — Necessidade da não-comercialização do algodão pela Comissão de Financiamento da Produção, do Ministério da Agricultura, antes da safra do segundo semestre do Nordeste, como medida de manutenção do preço do produto.

DEPUTADO NUNES ROCHA — Expediente recebido da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, referente à necessidade de ser modificada a atual legislação que regula a criação de novos municípios.

DEPUTADO GABRIEL HERMES — Declarações do Deputado Siqueira Campos a respeito do Senador Jarbas Passarinho como candidato em potencial à Presidência da ARENA.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Apelo ao Ministro da Educação e Cultura, no sentido de sua interferência junto à Escola de Comunicações e Artes da USP e ao *Campus* de São Carlos, objetivando uma solução conciliatória que permita o retorno dos estudantes às aulas.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Reportagem do *Jornal do Brasil* de 25-5-75, sobre a revogação do AI-5. Requerimento do Deputado Estadual Luís Roberto Soares, da ARENA do Paraná, solicitando ao Ministro da Justiça um exame em profundidade da existência da TFP — Tradição, Família e Propriedade. Artigo do jornalista Mattos Pimenta sob o título "A PETROBRÁS ameaçada — testemunho de um pioneiro".

DEPUTADO JOAQUIM BEVILACQUA — Artigo do jornal *O Vale Paraibano*, de 13 de maio do corrente ano, sob o título "Aparecida ainda protesta contra a "federalização de sua avenida".

DEPUTADO ALCIDES FRANCISCATO — Classificação das empresas de transportes coletivos entre as expostas "a médio risco".

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se segunda-feira, dia 2 de junho, às dezoito horas e trinta minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 43/75-CN (nº 145/75, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1974 (nº 1.174/73, na Casa de origem), que modifica o art. 130 do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores).

1.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para tramitação da matéria.

1.4 — ENCERRAMENTO

SUMÁRIO DA ATA DA 65ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1975

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no DCN de 21-5-75, na página 1.271, no item 1.2.1 do Sumário,

Onde se lê:

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CELSO RAMOS — Palestra proferida no Tribunal de Contas do Distrito Federal pelo Ministro Pereira Lira, em comemoração ao centenário do nascimento do Jurisconsulto Prudente de Moraes Filho.

Leia-se:

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CELSO BARROS — Palestra proferida no Tribunal de Contas do Distrito Federal pelo Ministro Pereira Lira, em comemoração ao centenário do nascimento do Jurisconsulto Prudente de Moraes Filho.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

ATA DA 66ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE MAIO DE 1975**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 8ª LEGISLATURA****PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO**

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Nossier Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Humberto Bezerra — ARENA; Januário Feitosa — ARENA.

NA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Petrónio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Monsenhor Ferreira Lima — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB; Valério Rodrigues — ARENA.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Porto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theododo — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel

Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

A.H. Cunha Bueno — ARENA; Adalberto Camargo — MDB; Airtton Sandoval — MDB; Airtton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antônio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; Jacob Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elciaval Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antônio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo

Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleversson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 350 Srs. Deputados. Havendo número regimental declarado aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Altair Chagas.

O SR. ALTAIR CHAGAS (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, passo a ler artigo intitulado "com o Serro no coração ou pela memória nossa em cada dia", do jornalista José Aparecido de Oliveira, publicado no *Jornal do Comércio*, em 11 do corrente.

Há pouco tempo ocorreu o meu reencontro com o Serro, Terra de minha mãe, ao revê-la vindo de Conceição do Mato Dentro, experimentei a sensação profunda de tocar as raízes do meu espírito. A paisagem da Serra do Cipó é meu caminho entre as duas pátrias íntimas a que todo homem está

ligado: a terra em que nasce, e a terra em que nasceram os que lhe deram a vida. A velha cidade ainda mantém a mesma força com que, no passado, levou a intrepidez dos bandeirantes e dos sertanistas a devassarem o território de Minas, estendendo-o até os limites da Bahia.

Estão em ruínas muitos de seus templos barrocos e casarões coloniais que testemunharam a ação dos pioneiros que criaram o Arraial do Ribeirão, e dos mineradores que levaram a civilização do diamante até o Arraial do Tejuco.

Retornei ao Serro na companhia de Charles Vanhecke, correspondente do *Le Monde* no Brasil, do deputado Marcos Tito e de Ângelo Oswaldo de Araújo, e assumimos o compromisso de iniciar um movimento com os serranos, pela preservação daquele patrimônio da cultura brasileira.

José Maria Magalhães, cuja representação da cidade natal não se substitui, como é insubstituível a pregação liberal da Sentinela do Serro, e o deputado Jairo Magalhães, filho ilustre em encontro com a caravana de visitantes reafirmaram o seu apoio e a sua consciência, da oportunidade da campanha. Também o prefeito José Marçílio de Moura Nunes, acima de considerações partidárias, quer colocar o prestígio do mandato na defesa da causa maior.

Desta identidade de sentimentos e de propósitos vem a certeza de que não se pode aceitar que desapareça esse monumento do século XVIII — o século que forjou Minas e deu caráter unitário à alma brasileira.

Não será preciso recordar a atualidade da legenda democrática de Teófilo Otoni, nem a tradição que a antiga cultura popular cristalizou no folclore serrano.

Basta perguntar: por que o Serro continua à margem do nosso **Círculo Histórico**?

Afinal, ele é o símbolo do Nordeste mineiro, do que se chama da civilização criada no **Losango de Ouro** a qual, incluindo Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Tiradentes, São João del-Rei, Sabará, Santa Luzia, Santa Bárbara e Caeté alcançou Diamantina — para citar os marcos mais importantes.

Charles Vanhecke, com a sensibilidade de intelectual francês, me observou que, depois de já ter visitado algumas dessas cidades, encontrara em Serro traços peculiares, daquela civilização, sobretudo na arquitetura. E ficou surpreso ao saber que Germain Bazin, conservador do Museu do Louvre, no seu estudo sobre o barroco brasileiro ignorou totalmente o acervo artístico do Serro Frio.

O fato não é de admirar, pois o meu velho amigo Sylvio Vasconcelos, cujos serviços ao Patrimônio todos reconhecemos, também não incluiu Serro no seu livro, com René Lefreve, sobre as nossas cidades barrocas.

Excluída uma publicação de Dario F. da Silva — **Memórias de Serro Antigo** — que hoje é raridade bibliográfica e me foi oferecida pelo ilustre advogado serrano José Silva, e de algumas páginas dos grandes mineiros Basílio Magalhães e Nelson de Sena, só existe sobre a antiga Vila do Príncipe um livro recente de Aluísio Miranda — **Serro, Três Séculos de História**.

O esquecimento do Serro já ocorre em tal proporção que até o **Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil**, organizado pelo professor Augusto Carlos da Silva Telles, técnico do Patrimônio, e agora editado pelo Ministério da Educação, através do seu Departamento de Assuntos Culturais, nada incluiu das suas relíquias e de sua história. É como se não existissem a beleza de sua arquitetura colonial, sacra e civil, o acervo de suas tradições liberais e o tesouro de seus bens de cultura que ajudaram a firmar a glória do espírito de Minas, projetando-o nacional e internacionalmente.

Em encontro com Lúcia Machado de Almeida e José Joaquim, dedicado diretor do Museu de Sabará, na resi-

dência de Christino Teixeira dos Santos, falamos das grandes dificuldades para a preservação do nosso patrimônio histórico. É claro que elas são amplas e abrangem quase todas as entidades públicas e particulares que se entregam à nobre tarefa. Mas, no caso do Serro Frio, a situação é dramática. Pela falta de meios permitiu-se o ponto crítico, isto é, ou se articulam recursos e providências imediatas ou será tarde. A ameaça de desabamento geral nos preocupa. O próprio doutor Renato Soeiro, ilustre diretor do IPHN, ainda agora me afirmava que clama por um **plano especial** para o Serro. Sem ele a velha cidade continuará a viver perigosamente, pois poderá amanhecer com toda uma rua destruída pelo destino solidário dos seus velhos sobrados, quase todos construídos numa mesma época. E a triste advertência desta realidade já está: verdadeiras referências históricas perdidas, como as casas em que nasceram João Pinheiro e Pedro Lessa, hoje apenas ruínas a denunciar a omissão da consciência cívica de Minas.

E inadiável, por tudo isso, a incorporação da antiga Vila do Príncipe ao nosso **Circuito Histórico** — à malha rodoviária que interliga as cidades em que a história e a arte mineiras deixaram as suas marcas indeléveis. A solução do problema de sua marginalização cultural está em dotá-lo de uma rodovia que promova a sua interligação com Belo Horizonte. Esta estrada existe. O seu traçado é, podemos dizer, o caminho que, subindo a Serra do Cipó, levou bandeirantes e sertanistas de Sabará à Vila do Príncipe, passando por Conceição do Mato Dentro. Ela existe, mas em estado primitivo; o que se impõe é modernizá-la.

A referida estrada que foi o roteiro de Antônio Soares, vê atualmente o seu asfalto morrer na ponte do rio das Velhas, logo depois da Lagoa Santa. É só o Estado levar o asfalto, a partir daquele ponto até a antiga Vila do Príncipe, e terá fim o isolamento que pesa sobre o Serro Frio. Isolamento não só cultural, mas, também, de ordem econômica. É incompreensível que uma área de alta potencialidade produtiva que se caracteriza inclusive pela sua riqueza mineral, e que exerce poder de atração sobre várias zonas geoeconômicas do Estado, como os vales do Jequitinhonha, do São Francisco, do Santo Antônio e do Rio Doce, esteja ilhada cultural e economicamente. O que se está estrangulando é toda uma vocação civilizadora e pelos prejuízos decorrentes da ausência de estudiosos e de correntes de turismo cultural para a região.

A obra plástica de um artista do porte de Silvestre de Almeida Lopes ainda não foi investigada — tudo quanto existe sobre esse pintor, da estirpe de Ataíde, são referências de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Luiz Jardim e Carlos del Negro, indicadores dos méritos do admirável artista setecentista. E a aura poética do Serro é tão grande que um escritor como Guimarães Rosa não hesitou em incorporá-la à sua extraordinária obra literária com o conto "Um moço muito branco".

E a desimportância a que se vem condenando o Serro não se compatibiliza com o fato de ter nascido em Minas, no governo Melo Viana, a preocupação oficial pelo destino do patrimônio histórico e artístico do País. Esta é mais uma razão para reivindicarmos a sua incorporação ao elenco das cidades que, emergindo da civilização do ouro, ostentam o poder criativo dos artistas que em Minas nacionalizaram o barroco imprimindo-lhe, como afirma Franklin de Oliveira, características "eminentemente nossas cidades litorâneas, excessivamente brasileiras em contraposição ao barroco ter aderido aos cânones artísticos portugueses".

Promovendo a moderna ligação rodoviária entre Belo Horizonte e o Serro, não estaremos, porém, criando apenas

as condições de preservação do patrimônio histórico e artístico concentrado na ex-Vila do Príncipe. Estaremos também removendo a grave ameaça de destruição que hoje paira sobre outro importante patrimônio cultural mineiro: o acervo representado pela paisagem rara da Serra do Cipó, cuja flora está às vésperas de extinção.

Burle Marx, em conferência pronunciada no Museu de Arte da Prefeitura de Belo Horizonte, promovida pela incansável Conceição Piló, afirmou: "Em viagem à Serra do Cipó, tive uma impressão melancólica: extensas áreas estavam queimadas, outras "reflorestadas" com eucaliptos, como consequência de uma lei mal elaborada e mal interpretada, a qual seria aceitável se esse reflorestamento fosse feito em terras sáfaras e devastadas. No entanto, aí aparece uma flora típica, perfeitamente integrada ao ecossistema rica em valizáceas, malastomatáceas, compostas, umbelíferas, ericauláceas etc. Conheci essa região em 1943, em companhia de Melo Barreto, e nessa ocasião ele me falou que em um metro quadrado havia mais espécies do que em um quilômetro quadrado da Amazônia".

E, ainda agora, o cientista mineiro internacionalmente respeitado, professor Amílcar Viana Martins, renova a denúncia da indiferença das autoridades com relação à Serra do Cipó, recordando que há vários anos existe, no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, projeto de criação ali de um Parque Nacional.

Os professores Célio Valle e Fábio Marton, membros do Centro para Conservação da Natureza com a sua irrecusável autoridade, depois de completo levantamento da área, afirmam, também, que é um crime a realidade encontrada na serra.

Complementando essas observações, o professor Hélios Spínola faz um depoimento que não pode ser desconhecido pelos mineiros: "A flora rupestre do Cipó é única no mundo e abriga uma fauna típica formando com ela uma unidade biológica que devemos preservar".

A Serra do Cipó reclama, por isso mesmo, a instalação de uma estação biológica que permita a investigação científica de sua ecologia. Mas, se não tiver moderna via de acesso, a própria instalação daquele centro de pesquisa perderá seu sentido, pela dificuldade de penetração nos tesouros naturais desta área. A ligação Belo Horizonte—Serro tem, assim, duplo caráter cultural: quebra o segregamento em que vive a Vila do Príncipe e constitui requisito essencial de preservação dos bens ecológicos da Serra do Cipó. Beneficiando legado artístico e patrimônio científico, a estrada servirá ainda à dinamização sócio-econômica de todo o Nordeste mineiro. E não se pode esquecer que o antigo arraial da Vila do Príncipe é berço de figuras eminentes da história nacional, como o Intendente Câmara (o primeiro alto-forno da América Latina está em Morro do Pilar) e Teófilo Otoni, Pedro Lessa e Edmundo Lins, José Joaquim Ferreira Rabelo (Barão do Serro) e o general Gomes Carneiro, terra de Joaquim Felício dos Santos, que foi o primeiro historiador a fazer do povo o principal protagonista de nossa história.

Um fato louvável porque revela a tomada de consciência do problema em esfera mais ampla e superior da administração federal, é o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, ora em plena execução em virtude de convênio assinado em maio de 1973 entre os Ministérios da Educação e do Planejamento.

O Ministro Reis Velloso teve a sensibilidade de empenhar-se neste projeto de significação perene, o que até então não ocorria no Governo da República. É certo que há na área programada algumas omissões graves de cidades e monumentos.

E, por outro lado, a nós mineiros seria lícito perguntar sobre o critério da escolha do Nordeste como etapa primeira e inicial da grande empreitada. Afinal a prioridade seria naturalmente nossa, pois Minas detém o maior e o mais valioso acervo da nacionalidade. Se é iminente aqui e acolá a perda de veneráveis testemunhos de nossa história, no caso específico do Serro, por exemplo, a ameaça é de desaparecimento integral de todo um patrimônio singular, que define uma época e uma civilização.

Renato Soeiro, que tem a serenidade dos sábios me disse: "o que importa, nesta altura, é prosseguir no esforço de amparar, enquanto é tempo, com o Projeto Integrado para Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, São Paulo e Estado do Rio, o que nos resta como MEMÓRIA NACIONAL. E isto está em mandamento". Soeiro mostrou-me, na oportunidade, a minuta do Projeto Jequitinhonha, já aprovada pelo Ministro Ney Braga, para ser assinada pelo Governo de Minas e o Ministério da Educação. O objetivo é a revalorização dos bens culturais do Nordeste e do Norte de Minas, figurando como executores o próprio IPHAN e a Fundação João Pinheiro. Este convênio é de importância fundamental e precisa ser acionado com urgência, pois o representante do Instituto em Minas, meu amigo Roberto Lacerda, só depois do seu resultado terá a estimativa dos recursos materiais e humanos necessários para a recuperação do Serro.

O governador Aureliano Chaves, aliás, em Ouro Preto, nas comemorações do 21 de Abril, mostrou-se preocupado com o assunto e manifestou ao diretor do Patrimônio a sua decisão de prestigiar, integralmente, a iniciativa. Da presteza e do êxito com que se fizer esse convênio dependerá a sorte do Serro, histórica porta do Vale.

O Programa Integrado, de que já falamos com relação a essa área terá por base as conclusões do Projeto Jequitinhonha.

Todos sabem que o Serro está entre as oito cidades brasileiras totalmente tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e é a única que reclama em vão ao longo do tempo, um plano global de reconstrução.

A imprensa registra nesta semana passada que foi considerado prioritário pelos órgãos estaduais, a adoção de medidas para a conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. Os estudos, concluídos por equipe técnica da Fundação João Pinheiro, foram encaminhados ao governador pelo Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, Paulo Camilo de Oliveira Pena. É um fato auspicioso e que sugere novo alento para os que esperam a hora do Serro. Ela está chegando. Pois se já nos primeiros dias de administração o governador Aureliano Chaves refere-se à repercussão mundial da arte colonial brasileira, o Serro, decerto, será lembrado. Parece até que agora a Presidência está articulando esse resultado.

Morreu na Lapa, no Paraná, lutando pela Pátria, um herói da República: o general Ernesto Gomes Carneiro. Era serrano. Na Lapa nasceu o Ministro Ney Braga. O prefeito do Serro, José Marcílio de Moura Nunes, relatou-me um dia com os olhos iluminados de esperança: "Agora chegou a oportunidade de Serro ser salva. Estive com o Ministro da Educação e lhe disse: V. Ex.^a precisa ir ao Serro, pois perdemos um conterrâneo eminente resistindo ao cerco de Gumerindo Saraiva em sua terra".

O Ministro, General também do nosso Exército, falou de Gomes Carneiro e prometeu a visita. Este diálogo me lembra Alberto Deodato, numa crônica de muitos anos: "O Itambé ainda está de pé. A sua gente não morrerá". Serro, com a graça de Deus, e da consciência cívica de Minas, também não morrerá."

Leio igualmente, Sr. Presidente, matéria publicada em *O Globo*, edição de hoje, sob o título "Minas reúne esforços para salvar a cidade do Serro".

"A importante cidade do Serro, berço da civilização mineira, está ameaçada de desabamento, se não houver um esforço imediato para sua salvação. A antiga Vila do Príncipe do Serro Frio — em cuja jurisdição se encontrava o Arraial do Tejuco, mais tarde Distrito Diamantino — destaca-se, entre as cidades históricas de Minas, por sua arquitetura. Ali, as construções são bem maiores, e sempre juntas. São solares imponentes. O prédio da Prefeitura é considerado a maior edificação colonial mineira.

Mas, abandonada há décadas, sem assistência constante do poder público, a cidade inteira se decompõe. Suas igrejas foram saqueadas por vigários inescrupulosos e mercadores de antiguidades.

Agora, com a campanha iniciada pelo jornalista José Aparecido de Oliveira para salvar o Serro, há intensa movimentação dos poderes públicos, e buscam-se recursos extraordinários com este propósito.

— Está sendo elaborado um plano especial do IPHAN para restaurar e conservar o patrimônio artístico e arquitetônico do Serro — disse a *O Globo* Roberto Lacerda, delegado do IPHAN em Minas.

— Vamos aplicar, nesse plano, recursos especiais da ordem de Cr\$ 10 milhões. Não vamos aplicá-los de uma só vez, desde que os recursos são escassos. Vamos dividi-los em três exercícios.

Disse Roberto Lacerda que "desde o Governo Rondon Pacheco existe a preocupação de salvar o patrimônio histórico que representam as cidades do Vale do Jequitinhonha. A Fundação João Pinheiro realizou levantamento que inclui, além do Serro, as cidades de Datas, Diamantina, Itamarandiba, Minas Novas, Berilo e outras, da mesma região.

O delegado do IPHAN em Minas fala também de entendimentos que são realizados com os proprietários dos casarões do Serro, em que estes entram com o material necessário e o Instituto fornece mão-de-obra especializada, para a recuperação dos imóveis.

— Nos projetos de recuperação e conservação, dois fatores são essenciais: dinheiro e mão-de-obra altamente especializada. No caso do Serro, praticamente já contamos com um bom volume de recursos, dentro do plano em elaboração. Mas a mão-de-obra está cada vez mais difícil. Os velhos e grandes especialistas, acostumados a esse tipo especial de construções, desaparecem — e não há outros que os possam substituir.

— O Serro é cidade de inestimável valor cultural e infelizmente está morrendo. A situação está tão difícil que a nossa atuação é forçada a ter caráter imediatista. Por isso mesmo, realizamos vários trabalhos de escoramento, para ganhar um pouco mais de tempo. E os recursos atuais (estou contando com o Plano Especial, mas não posso incluí-lo entre as verbas já disponíveis) são mais do que escassos. Contamos com apenas Cr\$ 3.120.000 para cuidar de todo o patrimônio histórico e artístico do Estado, durante este exercício. E só o Serro, apenas para que não caia, necessita de Cr\$ 10 milhões. O que tem salvo ainda o Serro de desabamento total é a robustez das construções do século XVIII. Não fora isso e a maioria dos grandes solares do Serro já estaria em ruínas.

O professor Paulo Campos Guimarães, Coordenador de Cultura do Governo de Minas, disse a *O Globo* que, há mais de um ano, o então Governador Rondon Pacheco havia solicitado ao Ministério do Planejamento extensão, ao Estado,

do Programa Integrado de Recuperação de Cidades Históricas do Nordeste. A cidade do Serro é a primeira da lista.

— Nesse plano — diz Paulo Campos — prevíamos a recuperação de 20 unidades. Três igrejas — Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Carmo, Bom Jesus do Matosinhos —, a casa dos Ottoni, casa de João Pinheiro, a Câmara Municipal e 14 outras edificações. Em dezembro de 1974 solicitamos Cr\$ 40 milhões para esse fim. E o atual Governador se empenha para que possamos contar com estes recursos, e salvar o Serro — afirmou Paulo Campos.

Preservação

— Nossa finalidade é ajudar o IPHAN na preservação dos bens culturais de Minas. Ainda recentemente adquirimos a chácara e o solar do Barão do Serro (Joaquim José Rabelo). Vamos instalar ali unidade regional do Instituto, a fim de prestar assistência técnica nos trabalhos de restauração e conservação dos monumentos do Serro. A escritura será assinada dentro de alguns dias, diz o arquiteto Luciano Amedée Peret, diretor do IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico).

— E temos que agir rapidamente no que se refere ao Serro — disse Amedée Peret. — A importância do acervo arquitetônico e paisagístico do Serro apresenta características especiais no conjunto do barroco mineiro, pelo sistema de construção, que se afasta das linhas-mestras do barroco português. Podemos dizer que, no Serro, temos um estilo a que podemos chamar de "barroco mineiro". Suas igrejas têm características próprias. Os artesãos que as edificaram receberam menos influência do barroco ibérico.

— Coloco, no entanto, como providência prioritária — disse Amedée Peret — o asfaltamento da rodovia que, pela Serra do Cipó, vai de Belo Horizonte ao Serro. Seria um excelente caminho turístico. E com o turismo, a própria cidade obteria recursos para a restauração e conservação de seu patrimônio. Quanto a nós, tudo faremos para evitar a destruição da cidade — conclui Peret.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edgar Martins.

O SR. EDGAR MARTINS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Instituto Nacional de Previdência Social é, no momento, o mais importante órgão previdenciário no País, assistindo enorme parcela do povo brasileiro, desde os profissionais liberais aos trabalhadores rurais, estes através de convênio com o FUNRURAL.

É crescente — e sempre — o número de associados do INPS, aos quais se acrescentam os dependentes, embora não acompanhe o mesmo ritmo de crescimento o aproveitamento de espaço físico necessário ao bom funcionamento de todos os órgãos do Instituto.

São mais de dez milhões os beneficiários da Previdência Social em todo o País. Carecem estes dois seguros de aposentadorias, pensões e segurança do trabalho, além da assistência médico-social.

Entretanto, o INPS não se capacita para o atendimento reclamado, provocando um sem-número de problemas e inconvenientes, como as filas que marcam as madrugadas brasileiras, nos grandes e pequenos centros.

Não buscamos este assunto com o propósito de criticar a quem quer que seja.

Antes, para manifestar nossa apreciação pela maneira inteligente com que se houve a administração do INPS em São Paulo, determinando fossem os seus serviços de atendimento prorrogados até as 22,00 horas, diariamente.

Com esta medida, o mesmo espaço físico que era utilizado durante parte do dia, recebe um número bem maior de assistidos da

Previdência Social, com o seu aproveitamento durante várias horas da noite.

É uma forma racional, lógica e fácil de ser aplicada em todos os Estados e cidades, sem prejuízo do serviço e com grandes benefícios aos brasileiros carentes da assistência médica fornecida pelo INPS.

Há de se evoluir no sentido de que todos os órgãos da Previdência Social que lidam diretamente com o público em suas necessidades imediatas e imprevisíveis cumpram uma jornada de trabalho — por meio de plantões — de sorte a estar sempre à disposição dos que se socorrem de seus serviços.

Com esta providência, o problema do espaço físico estará em parte solucionado e as dificuldades de assistência em muito superadas.

Partindo da experiência de São Paulo, deve o ilustre Ministro da Previdência e Assistência Social determinar ao Instituto Nacional de Previdência Social que cumpra a mesma carga horária em todos os quadrantes do Brasil, fato que refletirá de forma positiva no seio da opinião pública e propiciará o esvaziamento das filas, madrugadas indormidas, dos que sofrem os males físicos, aos quais se acrescentam os dramas psíquicos provocados pela luta para se conseguir uma oportunidade de atendimento.

Que o exemplo do INPS de São Paulo seja seguido por todos os órgãos daquela autarquia, é o que desejamos ver acontecendo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o ilustre Desembargador Enéas Marzzano acaba de ser nomeado, pelo Sr. Presidente da República, para o cargo de Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Foi uma escolha justa e que enobrece a cultura jurídica do Estado do Rio de Janeiro, pois que foram entregues os atuais e futuros alunos do Curso de Direito ministrado em Niterói à direção de uma das figuras exponenciais da Justiça e do Direito em meu Estado.

Enéas Marzzano presidiu o Poder Judiciário no antigo Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1971, tendo sido antes Corregedor-Geral da Justiça e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do antigo Estado do Rio de Janeiro, cargo que exercia por ocasião das últimas eleições, tendo agido como verdadeiro magistrado, sem envolver-se com problemas dos partidos ou pessoas de candidatos.

Enéas Marzzano conhece a Faculdade de Direito da Universidade Fluminense. É catedrático, exercendo de fato sua digna função de professor, sem nunca se ausentar da sala de aulas, mesmo ao tempo quando ocupava a presidência do Poder Judiciário do Estado.

Sob seus cabelos brancos conservava a jovialidade dos espíritos bem formados e seu porte ereto dá-lhe a dignidade da magistratura, que sempre exerceu com sentimentos sacerdotais, ciente da vocação que o conduziu aos postos mais elevados, sem nunca roubar-lhe a simplicidade, pois esta só a perdem os que alcançam determinados postos sem o devido preparo para exercê-los.

Não faz muito tempo e todos esperávamos ver o Desembargador Enéas Marzzano entre os que comporiam o Tribunal de Justiça da unidade que se formou com a fusão. Entretanto, tal não aconteceu.

Fez-se uma surpresa sua ausência naquele colendo plenário. Mas o destino lhe reservou recompensa maior — a de forjar novas gerações de juristas para o Estado que, não o tendo como Desembargador efetivo, o tem como mestre, amigo de seus alunos, exemplo de dignidade, de ativez, de coragem e desprendimento, que decide unido o bom senso aos princípios da moral e do direito.

Sua Comarca é a escola. Seu Plenário é a sala de aula. Seus pares, os alunos, jovens que confiam em seu saber e se agradam de vê-lo dirigindo a comunidade estudantil.

Quero, Sr. Presidente, registrando a escolha feita pelo Presidente Ernesto Geisel, levar ao Desembargador Enéas Marzzano minha

palavra pessoal de apreço por sua escolha. Dirigir a Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense é lidar com os jovens que, amanhã, como juristas ou políticos, estarão exercendo influência nos destinos da Pátria.

Posso confiar nas gerações entregues aos cuidados de Enéas Marzzano. Convido a todos os Srs. Deputados para que também confiem.

O novo Diretor da Faculdade de Direito da antiga capital fluminense se não foi incluído entre os membros do Tribunal de Justiça do estado-fusão, melhor parte lhe ficou reservada.

Na boa companhia de seus discípulos, Enéas Marzzano há de se fazer maior, se é que lhe seja possível crescer mais ainda no conceito de todos nós que lhe reverenciamos o caráter e enalteçemos os méritos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cardoso de Almeida.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, novamente peço a atenção dos Srs. parlamentares dos Estados algodoeiros. O Ministério da Agricultura, através da Comissão de Financiamento da Produção, saneou o mercado adquirindo 50 mil toneladas de algodão em pluma para que, devido à ausência de exportação, pudesse o mercado reagir e os produtores de algodão continuassem sua atividade. Nem bem essas 50 mil toneladas foram adquiridas e o mercado começou a reagir, os industriais têxteis estão querendo comprar esse algodão sem juros. Também exportadores não conhecidos no ramo querem colocar no mercado aquelas 50 mil toneladas, comprando-as por qualquer preço e sem juros.

Na Câmara fizemos um pronunciamento em conjunto com outros Deputados, através do qual demos conhecimento do fato ao Presidente da Comissão de Financiamento da Produção. S. S. então declarou, em reunião lá realizada, que de forma alguma o produto seria vendido antes que a safra do Nordeste do segundo semestre fosse totalmente comercializada e os preços se elevassem, para que se pudesse no próximo ano vender esses estoques. Os industriais de São Paulo estão pressionando os mercados com a informação de que a qualquer momento o Presidente do Sindicato das Indústrias têxteis conseguirá esse algodão.

E preciso que o Governo e o Presidente da Comissão de Financiamento da Produção declarem alto e bom som que não vão entregar esse algodão e que o mercado será defendido. Caso contrário, o comércio do algodão será prejudicado, e o mercado já se está enfraquecendo em consequência dessa ameaça. De uma vez por todas cabe dizer que esse algodão não será vendido neste ano, e grande interesse têm os Estados nordestinos em que isso não aconteça. Este é o meu alerta à CFP e ao Ministério da Agricultura, para que não se deixem levar por aqueles que querem arrasar o mercado algodoeiro.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Deputado Nunes Rocha.

O SR. NUNES ROCHA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, procederei à leitura de expediente oriundo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o qual versa sobre os legítimos anseios da gente mato-grossense:

“CUIABÁ-MT, em 15 de maio de 1975

Senhor Deputado:

Temos a honra de encaminhar a V. Ex.^a cópia da Indicação nº 327/75, de autoria do Senhor Deputado JOÃO FILGUEIRAS, aprovada por este Poder na Sessão Ordinária do dia 12 do corrente.

Reafirmamos a V. Ex.^a, nesta oportunidade os protestos de estima e consideração. — Deputado Nelson Ramos, Presidente.

INDICAÇÃO Nº 327/75

Autor: Deputado JOÃO FILGUEIRAS

Nos termos regimentais, requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório à Bancada Federal de Mato Grosso, no Congresso Nacional, solicitando providências junto ao Exm.^o Sr. Ministro da Justiça, no sentido de ser modificada a atual legislação que regula a criação de novos municípios no Brasil.

Justificação

O Estado de Mato Grosso, em sua dimensão territorial continental, conta atualmente com apenas 84 municípios.

Com o surto de progresso que vem passando o nosso Estado, diversas localidades e Distritos desenvolveram, algumas ultrapassando até a própria sede dos Municípios. Não se compreende que especialmente um Estado como Mato Grosso, em franco progresso, conserve durante várias legislaturas, a mesma organização administrativa e judiciária. Há necessidade urgente da criação de novos Municípios e também de Comarcas.

Dividir para melhor administrar. Há Municípios maiores que alguns Estados e Países do mundo. Não se admite que um Prefeito possa atender duas ou três localidades diferentes ao mesmo tempo com zelo, carinho que é dever necessário, de um bom administrador.

Esperamos que o nosso apelo seja atendido e enviado expediente aos Senhores Senadores e Deputados Federais, das duas Bancadas partidárias, no Congresso Nacional para que o Sr. Ministro da Justiça, leve ao Exm.^o Sr. Presidente, o justo apelo que fazemos.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1975. — Deputado João Filgueiras.”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, no decorrer desta semana, fui surpreendido pelas declarações do nobre Deputado Siqueira Campos a respeito do ilustre Senador Jarbas Passarinho. Essas declarações, que contrariam ponto de vista de outros colegas, já repercutiram nos jornais. A propósito da futura eleição do Presidente da ARENA, tão distante ainda e sobre a qual jornais já especulam, embora muito pouco os próprios arenistas, S. Ex.^a afirmou que o nobre Senador Jarbas Passarinho não possuía as qualidades necessárias para exercer aquele cargo, justificando seu ponto de vista com o fato de o Senador Jarbas Passarinho não ser simpático aos estudantes, o que não é verdade. Se alguns estudantes o combatem, a grande maioria, ao contrário, reconhece ter S. Ex.^a prestado realmente grandes serviços à Nação, enfrentando o desafio da educação em nosso País.

Por outro lado, o nobre Deputado Siqueira Campos fez referência também ao problema dos trabalhadores. Mas foi S. Ex.^a, o Senador Jarbas Passarinho, quem, no Governo do Marechal Costa e Silva, como Ministro do Trabalho, teve a coragem de criar a expressão “achatamento salarial”, desachando os salários que vinham perdendo poder aquisitivo há algum tempo. S. Ex.^a, o Deputado Siqueira Campos, também levantou várias preliminares, que estranhemos, porque o consideramos um parlamentar sensato. Ao alegar alguma coisa contra o nobre Senador paraense, devia S. Ex.^a pelo menos respeitar o ponto de vista de colegas que, como eu, vemos no Senador Jarbas Passarinho parlamentar que tem todas as qualidades não apenas para exercer a Presidência da ARENA, ou voltar aos Ministérios que ocupou, mas também a própria Presidência da República. S. Ex.^a é um mandatário do povo e merece o nosso respeito. Cada vez que S. Ex.^a deixa Brasília recebe manifesta-

ções entusiásticas de estudantes e trabalhadores, como aconteceu na última semana.

Assim, manifestamos mais uma vez a nossa estranheza às declarações do Deputado Siqueira Campos. Respeitamos o seu ponto de vista, mas esperamos que, em outras oportunidades, S. Ex^a tenha mais cuidado ao se referir ao nosso querido companheiro Senador Jarbas Passarinho. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL — (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, irrecusavelmente, a universidade brasileira atravessa grave crise institucional que põe em jogo sua própria sobrevivência, estando a exigir providências das mais urgentes das autoridades educacionais do País.

Em verdade, nossa estrutura universitária é das mais arcaicas e obsoletas, necessitando, para que a universidade se torne o autêntico arcabouço de uma instituição educacional e cultural dinâmica e intelectualmente produtiva, de amplas e estruturais reformas.

E preciso reconhecemos que o ensino superior brasileiro, no atual contexto, não acompanhou as alterações culturais e sociais do País, sendo necessária e inadiável uma imediata adequação da instituição universitária à realidade sócio-cultural da Nação.

Ao que parece, a preocupação essencial do Ministério da Educação e Cultura, ao menos na gestão passada, foi a privatização do ensino superior oficial, com a transformação de universidades federais e estaduais em fundações de direito público, assim como com o estímulo à criação de um sem-número de faculdades particulares, que nada acrescentaram ao nível de ensino brasileiro e que, hoje, oferecem inúmeras vagas a candidatos inexistentes, pois as mensalidades que cobram são elevadíssimas e o ensino que oferecem, aqui e acolá, são deficientíssimo.

Pois bem, a crise institucional da universidade brasileira a que nos referimos de início apresenta, particularmente no Estado de São Paulo, sintomas dos mais graves, exatamente em faculdades vinculadas à Universidade de São Paulo, instituição que, por longos anos, desfrutou elevado conceito nacional e internacional.

Na Escola de Comunicações e Artes da USP, por exemplo, as aulas se encontram paralisadas desde 16 de abril, exigindo os oitocentos alunos que o Diretor da Faculdade seja afastado, eis que este estabeleceu feroz censura a todas as publicações discentes, recusando-se ao diálogo e proibindo, conforme afirmou publicamente, qualquer manifestação cultural.

No entanto, mais grave ainda é a situação do **Campus** de São Carlos, da Universidade de São Paulo, pois as aulas, no momento, encontram-se totalmente paralisadas em todas as unidades dessa instituição.

Alegam os universitários de São Carlos que a situação administrativa e didática do **Campus** local é insustentável, reivindicando que a Coordenadoria de Saúde e Assistência Social da USP conceda, na íntegra, as bolsas de alimentação, que foram suspensas, a que têm direito 126 alunos entrevistados pela COSEAS, comprometendo-se, ainda, no futuro, a conceder as bolsas que se fizerem necessárias.

Solicitam, também, sejam tornadas sem efeito punições impostas a universitários, assim como sejam revogados critérios arbitrários, de avaliação em todos os Departamentos do **Campus**.

Sem entrarmos no mérito das reivindicações apresentadas pelos universitários, entendemos nós que as mesmas devem ser examinadas, para, atendidas integralmente ou não, alcançar-se uma solução que, ao menos, permita o retorno dos estudantes às aulas.

Nessa conformidade, desta tribuna dirigimos veemente apelo ao Sr. Ministro da Educação, no sentido de que interfira, no que for possível, tanto na Escola de Comunicações e Artes como no **Campus** de São Carlos, da Universidade de São Paulo, a fim de que se chegue a uma solução conciliatória, com a volta dos alunos às aulas.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Com a palavra o Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ilustres Congressistas, o eminente Ministro Aliomar Baleeiro, com a coragem que lhe é peculiar, de brasileiro e de baiano, afirmou algo que interessa grandemente ao Congresso e ao País. S. Ex^a apóia a revogação do Ato Institucional nº 5.

Estou com o patricio Aliomar Baleeiro. Pelejo pelo cancelamento do AI-5. Entendo que determinadas medidas de precaução quanto à ordem e à segurança sejam tomadas, antes e depois de tal cancelamento. Percebo também que o Governo tem meios para assegurar a ordem, a segurança, a paz social, porém por caminhos judiciais, democráticos, cristãos e sem o Ato Institucional nº 5.

Transcrevo a reportagem do "Jornal do Brasil", de 25 de maio deste ano, primeiro caderno:

Brasília - Se o Ato Institucional nº 5 for revogado agora "já irá tarde, tanto mais quanto me parece desnecessário", admite o Ministro Aliomar Baleeiro, para quem, no entanto, a convocação de uma constituinte "só seria oportuna e frutuosa se precedida por prévio e amplo debate das diretrizes que lhe fossem propostas".

Pensa o Ministro que AI-5 "foi uma ressurreição da linha dura, que o Senador Luís Viana examina tão bem em seu livro sobre o Presidente Castello Branco. Revivê-la agora, depois de mais de 10 anos de Revolução, quando já está desaparecida em parte, ou prestes a desaparecer de todo, a geração que a fez, é um anacronismo imperdoável à luz da política. O passado é passado e a nova geração quer saber do futuro".

Trauma

O Sr. Aliomar Baleeiro acha que a reforma da Constituição operada pela Emenda Constitucional nº 1, outorgada ao país pela Junta Militar que governou o Brasil em seguida à doença do ex-Presidente Costa e Silva, traumatizou o sentimento institucional do brasileiro, quer pela forma como foi legislada, quer pelo que dispõem muitas de suas normas.

— Já sofremos muito, desde 1890-1891, com as improvisações constitucionais — observou o Ministro, acrescentando que "o amplo debate acerca das diretrizes" que fossem propostas a uma constituinte poderia ser desfechado "pelos Partidos, pelas Câmaras, pelas universidades, pelos Institutos de Advogados, pelos sindicatos, pela imprensa e associações profissionais". O movimento poderia dar bons resultados se o Governo assegurasse "as mais livres condições de eficácia e liberdade".

Pluralidade

Partidária

Sobre o bipartidarismo, respondeu o Ministro Aliomar Baleeiro que, "em princípio, creio na representação proporcional, que encoraja a pluralidade dos Partidos. Há argumentos fortes em favor do bipartidarismo com os exemplos da Inglaterra e dos Estados Unidos, onde eles são frutos da história e não da lei. Esta, nessas duas grandes democracias, não proíbe a multiplicação dos Partidos. Por outro lado, funcionam corretamente vários estados de direito em países com pluralidade partidária. A experiência brasileira ainda não pode ser analisada e julgada porque nasceu e tem funcionado num clima artificial. Além disso, só o tempo consolida os Partidos e lhes dá coesão."

Política não

O Ministro Aliomar Baleeiro garantiu que não retornará à vida político-partidária, agora que se aposentou no Su-

premo Tribunal Federal e está livre da proibição constitucional para exercer essa atividade.

— Há idade para tudo. Acho que a política deve ser exercida pela nova geração que predomina no Congresso. Na Câmara, há deputados que foram meus alunos, como o seu presidente. Vários deles conheci quando eram ainda crianças, como os Deputados Luís Viana Neto, Jutahy Magalhães, Francisco Bilac Pinto e outros. Setenta por cento da população são de jovens de menos de 30 anos. O país é deles. Eles é que devem revelar os novos líderes, para que possamos aplaudi-los com alegria e confiança.

Experiência válida

Sobre a experiência que a magistratura lhe proporcionou em 10 anos de Supremo Tribunal Federal — foi empossado em novembro de 1965 e aposentado no dia 2 deste mês — o Ministro acha que valeu a pena.

— Não tenho qualquer arrependimento de ter aceitado a experiência na magistratura, que me proporcionou mais um ângulo de visão dos problemas do País e até da humanidade. Muito aprendi nestes 10 anos e tive a felicidade de contar, com colegas, com homens excelentes e tanto mais interessantes quanto diferiam nas experiências anteriores, nas opiniões e até nos temperamentos.

Perguntado se agora se sentia mais político ou mais magistrado, o Sr. Aliomar Baleeiro respondeu:

— Quando aceitei uma das cadeiras do STF, em 1965, renunciei a toda e qualquer atividade político-partidária e tenho consciência plena de que cumpri à risca a proibição constitucional. Aliás, ambos os Partidos, por seus líderes, o reconheceram em pronunciamentos recentes e unânimes tanto no Senado quanto na Câmara — o que me desvaneceu.

Gosto continuou

— Desligado de qualquer partidismo desde 1965, não perdi o gosto pelos problemas políticos, que afinal são todos os da coletividade. Leio, em geral, os comentaristas políticos na imprensa, os discursos do Presidente da República e os dos principais líderes parlamentares. E todos os anos procuro obter a mensagem inaugural e o parecer do Tribunal de Contas sobre a gestão financeira. Ainda este ano, eu o recebi do Presidente Baptista Ramos (do Tribunal de Contas da União). Enfim, a situação nacional é sempre um centro de interesse para mim.

Sobre a reforma do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Aliomar Baleeiro lembrou que já se referiu ao assunto no ano passado. "Em princípio, acho que se deveria criar uma nova corte, puramente constitucional e para foro de presidentes, ministros e parlamentares, ações entre a União e Estados, ou destes entre si, ficando o atual Supremo Tribunal Federal com 16 ministros para os recursos extraordinários que não versassem nada de constitucional. A nova corte poderia ter apenas cinco ou sete juízes".

Ele não tem uma fórmula para tornar a Justiça mais rápida e barata: "Isso é um tema complexo que levaria muitas horas de discussão. Até hoje, nenhum país conseguiu uma Justiça rápida e barata".

Viverá no Rio

O Ministro Aliomar Baleeiro viverá seus "últimos anos" num apartamento da Avenida Atlântica que ele tem há vários anos e que servia como sua segunda residência durante o tempo em que atuou em Brasília. Para viajar só espera autorização do médico que o assiste desde o dia 17 de abril, quando sofreu uma crise coronária que o obrigou a se internar no Hospital Distrital de Brasília, onde ficou 17 dias.

Em novembro de 1965, o Ministro Aliomar Baleeiro exercia o mandato de Deputado quando foi convocado pelo ex-Presidente Castello Branco para assumir no Supremo Tribunal Federal um dos cinco cargos de Ministro criados pelo Ato Institucional nº 2, que elevou de 11 para 16 o número de membros do STF. Essa composição do STF foi novamente reduzida para 11 no início de 1969, pelo Ato Institucional nº 6.

Em 10 anos ele julgou mais de 8 mil processos e ainda encontrou tempo para escrever dois livros, um sobre o sistema tributário brasileiro e outro sobre o Supremo Tribunal Federal, que chamou de "esse outro desconhecido". Apesar da carga de trabalho, o Ministro nunca descuidou da forma e do conteúdo de seus votos. Por isso a reunião apenas dos mais importantes daria vários volumes de grande valor jurídico.

Os temas financeiros e tributários foram os seus preferidos e ainda recentemente examinou processos sobre a incidência do ICM nas operações mercantis das cooperativas e uma lei de Americana, Município do interior de São Paulo que ampliava o Imposto Territorial Urbano para os contribuintes que possuíssem vários lotes. No primeiro caso o Ministro votou pela incidência do ICM e no outro pela prevalência do tributo."

Faço minhas, Sr. Presidente, eminentes Congressistas, as palavras de S. Ex^a a respeito da revogação do Ato Institucional nº 5 e, ainda, da pluralidade partidária.

O segundo assunto que me traz à tribuna é formular apelo ao Ministro da Justiça, Sr. Armando Falcão, no sentido de que, recebendo requerimento de autoria do Deputado Luís Roberto Soares, da ARENA do Paraná e mais 30 Deputados Estaduais, possa examinar com cuidado, carinho e profundidade a existência da instituição chamada TFP, Tradição, Família e Propriedade. Não dispomos de elementos para dizer que a TFP é isso ou aquilo. Mas será interessante que o Ministro da Justiça proceda a um exame de tal maneira que se tenha noção exata, verdadeira, do que é a TFP.

O terceiro e último assunto que trazemos a Plenário, Sr. Presidente, refere-se a artigo publicado pelo médico e jornalista Mattos Pimenta, sob o título "A PETROBRÁS ameaçada — testemunho de um pioneiro". S. St, a quem conheço pessoalmente e através do *Jornal de Debates*, sempre lutou pelo monopólio estatal completo e integral, inclusive quanto ao refino do petróleo. O Sr. Presidente Geisel teve a coragem, à época em que era Presidente da PETROBRÁS, de encampar uma empresa de refino. Urge que encampemos, ainda, a refinaria de Manguinhos e a Ipiranga, porque o monopólio estatal do petróleo diz respeito também à soberania do Brasil. Não nos enganemos. Os trustes internacionais, que não têm pátria, nem alma, querem desfazer o monopólio estatal de petróleo e influem, malevolamente, no refino, com segundas intenções — intenções que culminam num capitalismo escravizador, que culminam em atingir a soberania do Brasil, a segurança nacional.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Bevilacqua.

O SR. JOAQUIM BEVILACQUA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a população da cidade de Aparecida, Capital espiritual do Brasil, está preocupada com o aspecto dominial do bairro denominado Ponte Alta, naquela cidade. Recentemente, o Ministério dos Transportes pavimentou uma avenida, mas hoje não se sabe se aquela artéria, com dois km de extensão, pertence efetivamente ao Município, que ali fez as obras de infra-estrutura, ou à União. Paralelamente a esse existe outro fato que está causando bastante desconforto social àquelas famílias residentes naquele bairro: trata-se da construção da Praça

Monumental, pretendida pela atual administração municipal em convênio com o Governo do Estado.

Assim sendo, Sr. Presidente, para que não se pratiquem atos contrários ao interesse da população daquele bairro, o que provocará maiores problemas sociais em Aparecida, queremos pleitear ao Ministério dos Transportes, à Secretaria competente do Governo do Estado e aos poderes públicos de Aparecida que, antes de procederem a qualquer desapropriação no sentido de construir a Praça Monumental, resolvam primeiro o problema dos moradores daquele local.

Leio, Sr. Presidente, para que passe a integrar o meu discurso, reportagem publicada pelo jornal *O Vale Paraibano*, do dia 13 de maio do corrente ano, sob o título: "Aparecida ainda protesta contra a 'federalização de sua avenida'".

"Pode ter certeza, é coisa que só acontece em Aparecida. Pode procurar fato semelhante em qualquer ponto do mundo que não acha... só acontece em Aparecida": quem dizia assim já morreu, o velho, cansado e honesto Fubá, um intelectual que apareceu na cidade, abandonou ideais e aparência e com seus trajes rotos, vivia de vender avencas e orquídeas, para as madames da cidade, em favor de alguns trocados que mais bastavam para a cachaça que para o alimento. Assim viveu e assim morreu, embora, fino, irônico e satírico até o fim.

A rememoração cabe, devido à consideração que abre este artigo. Realmente há fatos em Aparecida, os mais estranhos, que acabam se verificando, e incrivelmente, se projetam no tempo e no espaço, numa situação que muitas vezes afeta o interesse de muitos, de uma comunidade e até, como é o caso presente, do Poder Público Municipal.

Em fins de 1968, princípios de 1969, com a pavimentação da Avenida Getúlio Vargas a asfalto, pelo DNER, favor conseguido junto ao então Ministro dos Transportes, Cel. Mário Andreazza, anunciou-se que a avenida que liga a cidade ao "trevo" de acesso à Via Dutra havia sido "federalizada". Passava a se constituir a BR-488, a menor rodovia federal do País, com menos de 2 km (1,5 km se tanto...)

Foi baixado Decreto federal a respeito. E com as comemorações da festa de inauguração do Trevo, da segunda pista da Via Dutra e com a promessa da monumental passarela, ninguém atinou bem com o problema, nem mesmo os próprios Poderes Municipais que já à época deveriam ter adotado providências legais a respeito.

Quando muito, se julgava, era uma saída legal para que fosse utilizada uma dotação federal (pavimentação asfáltica) numa área municipal e, nada mais...

Mas o problema ganhou seu dimensionamento real, anos mais tarde, na Administração do Prefeito Manoel Alves Nunes.

Para construir a passarela monumental de concreto que hoje liga a Basílica Velha à Basílica Nova, a firma empreiteira avançou no leito carroçável da Avenida Getúlio Vargas, ao que, conforme tinha de agir, o Prefeito imediatamente opôs o embargo da obra, por ferir e provocar danos à coisa pública.

Imediatamente o DNER contra-argumentou que o Município não era parte na questão, pois a área era Federal e não Municipal...

O Prefeito não se conformou com o fato e foi impetrado mandado de Segurança contra o Ministério dos Transportes, em última análise, à União.

Consta — não se sabe ao certo até hoje — que a matéria estaria junto ao Tribunal Federal de Recursos em Brasília, foro competente para julgar questões em que a União seja parte.

O absurdo de toda história, que causa pasmo aos cultores do Direito, é que ocorreu uma cruenta "Desapropriação Indireta" de parte da União.

Ora, o Município tem na avenida rede de água, esgotos, iluminação pública e domiciliar, e faz a Prefeitura todo o serviço de limpeza e coleta de lixo ... como a área pode ser federal?!

Para tanto, era necessário que o Governo Federal processasse o competente processo expropriatório contra o Município, indenizando o Governo Municipal da área que — em tese — passou a pertencer à União.

Recorde-se que recentemente, no processo de expropriação da avenida de Ponte Alta, o Município foi expropriado pela Fazenda do Estado, para abertura de uma grande avenida.

A faixa pretendida pelo Estado eliminou um velho mercado de Aparecida, mas a Prefeitura recebeu, em moeda corrente do País, a respectiva indenização, com juros e correção monetária... assim, é claro que a área é agora do Estado que expropriou o Município os aparecidenses?

Como pode pretender a União ou seus prepostos ou Autoridades, expropriar uma área Municipal, à revelia, à força, "no grito", como afirmam revoltados os aparecidenses?

Obviamente, ninguém discute as razões e o direito inalienável e incontestável da União expropriar, mas que haja efetivamente uma desapropriação e que o Município de Aparecida seja ressarcido da área que pretendem seja "federal".

O raciocínio é claro e cristalino: Aparecida ficou menor na sua área territorial e urbana, se considerarmos o Decreto Federal que transformou uma avenida municipal em "BR-488"... e como tal, merece receber a indenização competente.

Assim ocorreu com a desapropriação do Estado, no caso da avenida de Ponte Alta e a legislação sobre desapropriações, em nenhuma oportunidade, agasalha — como não poderia agasalar — a ocupação da propriedade, sem a justa indenização, quanto mais a coisa pública!

Ademais, para onde iria o Estado de Direito e o Império da Justiça, se a atitude federal, através de um simples decreto, encontrar amparo dos julgadores?

Estaria eliminada da própria Constituição Federal a autonomia dos Municípios, que, mesmo nas áreas metropolitanas, teve o Governador Paulo Egydio, o elogiável cuidado e o zelo de planificar em conjunto, porém sem o menor arranhão à autonomia dos Municípios satélites da Capital.

Na prática o assunto atinge características de aberração e grotesco: recentemente uma viatura do DNER, baseada na "federalização" embargou a colocação de uma estátua na referida avenida... como poderá o serviço de água e esgotos, realizar um reparo, quebrando o pavimento da avenida, se ela é "federal"...

Em se admitindo a "federalização" à revolta do Município e da Justiça, seria o caos e o abandono da referida avenida, pois em sendo da competência federal, evidentemente que o Município não pode responder por coleta de lixo, limpeza, capina, iluminação, água, esgotos etc. de toda avenida... e como ficariam seus moradores?

O assunto atinge tamanho absurdo e extensa magnitude que poderá ser uma das teses do Congresso da Associação Paulista dos Municípios, marcado para Campos do Jordão, agora em maio.

De outra parte, estranha-se a omissão completa da CODIVAP, Consórcio que, ao que se diz, foi criado para a defesa e racionalização dos métodos administrativos da região...

E enquanto se espera uma manifestação do TFR em Brasília — se é que realmente aquela alta corte esteja apreciando o caso — é parar um instante, levantar o copo e brindar a figura maltrapilha e irônica do velho Fubá... "realmente, tem coisa que só acontece em Aparecida, incrível, fantástico, porém verdadeiro"...

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcides Franciscato.

O SR. ALCIDES FRANCISCATO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, quanto aos riscos a que ficam expostos seus empregados, as empresas são classificadas, pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho — órgão do Ministério do Trabalho — como sendo de "pequeno", "médio" e "grande risco".

Pela Portaria nº 3.237/72, modificada pela de nº 3.089/73, e de aplicação condicionada pela Portaria nº 3.442, de 23-12-74, do Ministério do Trabalho, as empresas "Rodoviárias Interurbanas e Urbanas", responsáveis por transportes de passageiros, como as de cargas e mudanças, encontram-se, inexplicável e injustamente, classificadas como de "grande risco".

Assim sendo, Sr. Presidente, estão essas empresas obrigadas a manter, em seu quadro de pessoal, desde que possuam de 101 a 500 empregados:

"Para o setor de segurança do trabalho, um Inspetor de Segurança do Trabalho e um Engenheiro de Segurança do Trabalho, em regime parcial;

Para o setor de higiene do trabalho, um médico do Trabalho em regime parcial."

Contando essas empresas com 501 a 1000 empregados, deverão possuir:

"Para Segurança, um Inspetor do Trabalho e um Engenheiro com tempo integral.

Para Higiene, um Auxiliar de Enfermagem do Trabalho e um Médico."

Quando o número de empregados da empresa ultrapassa de 1001, Sr. Presidente, os encargos se avolumam muito mais.

Para fornecermos idéia mais exata dessa complexidade e do ônus que ela acarreta, passamos a ler o quadro a que se refere a indigitada Portaria nº 3.237/72, estabelecadora do número mínimo do pessoal especializado:

QUADRO I - (SEGURANÇA)				
Nº de Empregados - risco:	101 a 500	501 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a mais
Pequeno	-	-	1 Insp.Seg. Trab.	1 Insp.Seg. Trab. 1 Eng.Seg. Trab. (*)
Médio	1 Insp.Seg. Trab.	1 Insp. Seg. Trab.	1 Insp. Seg. Trab. 1 Eng. Seg. Trab. (*)	2 Insp.Seg. Trab. 2 Eng. Seg. Trab.
Grande	1 Insp. Seg. Trab. 1 Eng.Seg. Trab. (*)	1 Insp. Seg. Trab. 1 Eng. Seg. Trab.	3 Insp.Seg. Trab. 1 Eng.Seg. Trab.	6 Insp.Seg. Trab. 2 Eng. Seg. Trab.

(*) Regime de tempo parcial

Nº de Em - empregados - Risco	101 a 500	501 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a mais
Pequeno	-	-	1 Insp.Seg. Trab.	1 Aux.Enf.Trab. 1 Médico do Trab. (*)
Médio	-	1 Aux.Enf. Trab.	1 Aux.Enf.Trab 1 Médico do Trab. (*)	1 Aux.Enf.Trab. 1 Médico do Trabalho.
Grande	1 Médico do Trab. (*)	1 Aux.Enf. Trab. 1 Médico do Trabalho	1 Aux.Enf.Trab 1 Médico do Trabalho	2 Aux.Enf.Trab. 2 Médicos do Trabalho.

(*) Regime de tempo parcial.

O que mais agrava a situação pertinente ao assunto em tela, Sr. Presidente, é que a elaboração dessa tabela não foi precedida de uma pesquisa de mercado de trabalho. E agora que essa Portaria vai entrar em vigor, além de não se encontrar esses profissionais especializados para contratação em número suficiente, quanto irá custar a essas empresas um Engenheiro e um Médico para tempo integral?

Segundo consigna a Portaria prefalada, a gradação do risco é estabelecida "tendo em vista a agressividade do ambiente de trabalho, e suas características físicas, químicas e biológicas". E enfatiza:

"O Serviço de Segurança do Trabalho tem por finalidade principal preservar a integridade do trabalhador e do equipamento, face à agressividade do ambiente de trabalho, devendo o mesmo atuar junto às atividades — fins, visando, inclusive, a continuidade operacional e ao aumento da produtividade."

Está tudo muito bonito, Sr. Presidente, e muito bem posto no papel. Mas por que foram as empresas rodoviárias urbanas e interurbanas enquadradas como de "grande risco"? Houve nesse enquadramento uma injustiça que está a reclamar reparação imediata.

O próprio Ministério do Trabalho já encontrou sérios obstáculos à aplicação dessa Portaria, tanto que prorrogou a data de sua entrada em vigor para 1º de janeiro de 1976.

Nas empresas de transportes coletivos de passageiros, o pessoal se divide pelos grupos de administração, de manutenção e de operação, este último com maior percentual, visto tratar-se de profissionais do tráfego propriamente (motoristas, cobradores e fiscais). Os de manutenção são os de oficina (mecânicos, ajudantes e auxiliares), finalmente, de administração, o reduzido contingente do escritório. E, no desempenho de todas essas funções, inexistente a hipótese de "grande risco". De se considerar que o próprio INPS pode provar o alegado, por suas estatísticas de acidentes, no âmbito desse setor de atividades, destacadamente, pela própria taxação que estabelece para os seguros de acidentes, sempre em níveis os mais baixos, a comprovar a inexistência de riscos grandes para a atividade dos profissionais em causa. A classificação ditada, assim, pelo DNSHT, tendo em conta a gradação de risco para essa categoria profissional, é por demais rigorosa.

Assim sendo, Sr. Presidente, encaminhamos, desta tribuna, ao eminente e dinâmico Ministro do Trabalho, nosso apelo no sentido de determinar ao Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho pronta revisão dos critérios norteadores da classificação das empresas quanto ao risco.

Exame mais atento levará facilmente à conclusão de que as empresas rodoviárias urbanas e interurbanas não sujeitam seus empregados a "grande risco". Em seu ambiente de trabalho não ocorrem as características aludidas na precitada Portaria, de maior agressividade quanto às ameaças de ordem física, química e biológica.

Conformariam essas empresas em ser classificadas como sendo de "pequeno" ou de "médio risco". Jamais de "grande risco".

Enquadradas como de "pequeno" ou "médio risco" poderão suportar os encargos consequentes e prosseguir em seu importante papel na comunidade urbana e na relevante função de circuladoras da riqueza nacional.

Expostas com esta sinceridade a preocupação das empresas brasileiras rodoviárias, urbanas e interurbanas, responsáveis pelo transporte de passageiros, de mudanças e de cargas, confiamos venha S. Ex^a, o diligente e humano Ministro Armando Prieto, a acolher nossa solicitação e tomar, incontinenti, as providências que o caso requer.

Antecipamos a S. Ex^a nossos agradecimentos pela atenção que irá dispensar ao presente pedido.

Era, Sr. Presidente, o que trazíamos hoje para transmitir desta popular tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Através da Mensagem nº 44, de 1975-CN (Nº 148/75, na origem), o Senhor Presidente da República encaminhou à deliberação do Congresso o Projeto de Lei nº 6, de 1975-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, o crédito especial até o limite de Cr\$ 146.826.000,00 (cento e quarenta e seis milhões, oitocentos e vinte e seis mil cruzeiros), para o fim que especifica.

Com vistas à leitura da matéria, convoco sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, dia 2 de junho, às dezoito horas e trinta minutos, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Atendendo à finalidade da presente sessão, o Sr. 1º-Secretário procederá à leitura da Mensagem Presidencial nº 43, de 1975-CN.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 43, DE 1975-CN
(Nº 145/75, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 59, parágrafo 1º, e 81, item IV, da Constituição, resolvi sancionar com veto parcial o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1974 (nº 1.174/73, na Casa de origem), que modifica o art. 130 do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores).

Incide o veto sobre a seguinte expressão, *in fine* do Parágrafo único que, de acordo com o artigo 1º do Projeto de Lei sancionado, é acrescido ao art. 130 do Código de Menores:

"passando a ser do valor de meio a dois salários mínimos, por menor admitido, a de multa."

Em que pese ao bom propósito de atualizar o valor da pena pecuniária fixada no § 7º do artigo 128 daquele diploma, restituindo-lhe o poder de coerção esvaído com a desvalorização da moeda no curso de quase meio século, a disposição que a lei nova introduziria no art. 130 do Código de Menores desatende à regra instituída pela Lei 6.205, de 29 de abril de 1975.

Com efeito, a cominação de pena com base no salário mínimo contravém ao relevante interesse da ordem econômica e social que motivou a recente edição do citado diploma legal.

O veto parcial não invalida o objeto da lei nova, no caso, eis que a par da multa prevista em sua atual redação, oportunamente atualizável, o § 7º do artigo 128 do Código de Menores autoriza punir com o "fechamento do estabelecimento" a inobservância da proibição redefinida.

Estas são as razões que me levaram a vetar, parcialmente, por contrário ao interesse público, o Projeto nº 10/74, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 23 de maio de 1975. — **Ernesto Geisel.**

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Modifica o Art. 130 do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 130 do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 130. Não é permitida:

- a) aos menores de dezoito anos a entrada em boates, bailes públicos e congêneres, salvo quando, dada a circunstância do caso ou as peculiaridades locais, o Juiz a autorizar, exigindo, sempre, que o menor seja acompanhado de responsável;
- b) aos menores de vinte e um anos a frequentar casas de jogo.

Parágrafo único. As penas aplicáveis aos infratores são as do § 7º do Art. 128, passando a ser do valor de meio a dois salários mínimos, por menor admitido, a de multa."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1974 (nº 1.174/73, na Casa de origem):

Pela Aliança Renovadora Nacional — Senadores Accioly Filho, José Sarney e os Srs. Deputados João Linhares e Cleverton Teixeira.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro — Senador Nelson Carneiro e o Sr. Deputado José Bonifácio Neto.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nos termos do Art. 105 do Regimento Comum, a Comissão deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 16 de junho próximo.

A convocação de sessão destinada à apreciação da matéria vetada será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do projeto vetado, os pareceres das comissões que o apreciaram e o relatório da Comissão Mista ora designada.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

CÓDIGO PENAL

QUADRO COMPARATIVO

**O NOVO CÓDIGO PENAL
(DECRETO-LEI Nº 1004/69, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 6016/73)
COMPARADO AO CÓDIGO PENAL DE 1940.**

Notas

**Alterações do Código Penal de 1940
Legislação correlata
Texto original do Decreto-lei nº 1004/69**

**Exposição de Motivos do Código Penal de 1940
Exposição de Motivos do Código Penal de 1969
Exposição de Motivos do Projeto que deu origem à Lei nº 6016/73**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO : CR\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes – 70000 – BRASÍLIA – DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

VOLUME COM 328 PÁGINAS — PREÇO: CR\$ 15,00

CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50